

Entre atrasos e descontentamentos, impacto orçamental da TSU sai do controlo e cria incertezas sobre o pagamento do 13º salário

- A situação saiu do controlo e as contas do Governo estão pressionadas. As insurgências contra a Tabela Salarial Única (TSU) estão a ganhar novos contornos, pressionando as contas do Governo e divergindo cada vez mais da essência da reforma e do impacto orçamental que havia sido inicialmente previsto.



Contrariamente aos discursos e reiteradas garantias que vêm sendo dadas pelo Governo, as incongruências e os descontentamentos com a TSU prevalecem, implicando até atrasos no pagamento de salários e desestabilizando o orçamento de milhares de famílias moçambicanas.

Com efeito, até o início desta semana, cinco dias depois da Vice-Ministra da Economia e Finanças ter assegurado que o pagamento dos salários de Novembro e parte dos respectivos retroactivos no âmbito da TSU estava em processo de finalização¹, cerca de 30 mil dos 400 mil funcionários e agentes do Estado ainda aguardavam desesperadamente pelo pagamento dos seus ordenados, já com atraso de quase uma semana. Uma situação inexplicável considerando as garantias que foram dadas há semanas pelo Vice-Ministro da Administração Estatal e Função Pública quando informou que cerca de 98% dos funcionários públicos já estavam enquadrados na TSU².

Na realidade, o processo de pagamento de salários ainda não está a decorrer “normalmente” conforme informou o Governo e as preocupações que foram levantadas por algumas classes profissionais sobre a TSU ainda não foram devidamente atendidas. O anúncio para segunda-feira, 05 de Dezembro, do início da greve de 21 dias da classe dos médicos, afectando as actividades electivas (não urgentes), actividades de ensino e de tutoria em todas as instituições de formação em saúde do sector público, é um exemplo manifesto da frustração de parte dos funcionários públicos com o processo da fixação dos novos salários.

A implementação da nova política salarial instaurou um caos na função pública. A situação saiu do controlo do Governo que agora tenta a todo o custo responder à pressão de grupos específicos que se sentem injustiçados pela TSU. Devido à crescente tensão que tem caracterizado o processo de im-

plementação da nova política salarial, com o Governo a ser obrigado a negociar directamente com os grupos que se sentem injustiçados, a TSU está a divergir cada vez mais da sua essência no que refere à uniformização do sistema de atribuição de salários na função pública e à racionalização das despesas de funcionamento.

A situação saiu do controlo e as contas do Governo estão pressionadas. Neste momento, a capacidade de pressão política dos sectores que se sentem “injustiçados” – um grupo que inclui os professores, médicos, polícias, juizes e magistrados do Ministério Público e os próprios funcionários do Ministério da Economia e Finanças, é que determina o curso da nova política salarial. Enquanto a classe médica, por exemplo, está preocupada em saber quanto passará a auferir e quanto é que o Estado deve efectivamente em retroactivos, outros sectores reclamam dos atrasos nos pagamentos e começam a indagar sobre a existência de fundos para o pagamento do 13º salário que, conforme reconheceu o próprio Ministro da Economia e Finanças, Ernesto Max Tonela, está refém da avaliação dos potenciais impactos financeiros da implementação da TSU, ainda por realizar³.

No início, os discursos sobre o novo modelo da política salarial eram mais serenos e auspiciosos, com garantias sobre a existência de verbas devidamente enquadradas no Plano Económico Social e no Orçamento de Estado (PESOE) para o pagamento dos ordenados e estimativas quase certas sobre os seus potenciais impactos. Hoje, apenas reinam as pressões políticas e incertezas. O impacto orçamental da implementação da nova política salarial, inicialmente estimado em 9,2 mil milhões de Meticais/semestre⁴, é, agora, uma incógnita para o próprio Governo que, recorde-se, acordou reduzir a massa salarial da função pública de 13,8% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2021, para 10,8 % do PIB até 2026, independentemente da implementação da TSU.

¹ <https://cartamz.com/index.php/politica/item/12432-governo-garante-que-esta-em-processo-de-finalizacao-de-pagamento-dos-salarios-de-novembro-e-os-respectivos-retroactivos-no-ambito-da-tsu>

² <https://cartamz.com/index.php/politica/item/12381-98-por-cento-dos-funcionarios-publicos-ja-estao-enquadrados-na-tsu>

³ <https://opais.co.mz/governo-ainda-nao-sabe-se-vai-pagar-o-13o-salario/>

⁴ <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-tabela-salarial-%C3%BAnica-ter%C3%A1-impacto-semestral-de-142-milh%C3%B5es-de-euros/a-62605873>

A esta altura, o processo de implementação da nova política salarial é irreversível e a sua fragmentação inexorável. Pelo que é preciso reconhecer o fracasso da empreitada de uniformização excessiva e cega dos ordenados na função pública e ter um diálogo franco e aberto com os


“injustiçados” para sanar as preocupações existentes. Trata-se de uma acção necessária e urgente, sobretudo considerando que os descontentes constituem o maior grupo da função pública e que estão directamente ligados à prestação de serviços públicos essenciais.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autore: Gabriel Manguela
Equipa Técnica: Emídio Beúla, Dimas Sinoia, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

